



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**INSPEÇÃO REALIZADA NA 1ª VARA DA COMARCA DE
PACATUBA/CE**

RELATÓRIO

Excelentíssimo Senhor Desembargador-Corregedor Geral da Justiça:

Em cumprimento à Portaria nº60/2017 (DJe, de 22/08/2017), desta Corregedoria Geral da Justiça, que instituiu o ciclo das inspeções no mês de setembro de 2017, **encaminha-se** a Vossa Excelência o **RELATÓRIO**, bem como os mapas e demais papéis alusivos à **INSPEÇÃO** realizada na **1ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA** em 05/09/2017, por este Juiz Corregedor Auxiliar.

ESPECIFICAÇÕES GERAIS DA VARA INSPECIONADA

Trata-se da 1ª Vara da Comarca de Pacatuba, de Entrância Intermediária, cujas atividades se desenvolvem no Fórum Desembargador Catunda, no município, situado na Rua Cel. José Libânio, s/nº.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade de Pacatuba possui 82.824 (oitenta e dois mil oitocentos e vinte e quatro) habitantes.

Com referência à estrutura física do prédio do Fórum, destaca-se que a edificação é antiga, com salas apertadas e em condições precárias de conforto.

O espaço físico do Fórum de Pacatuba é desproporcional, considerando a demanda processual das duas Unidades Judiciárias em funcionamento.

METODOLOGIA

Iniciando as atividades, foi esclarecido pelo Juiz Corregedor Auxiliar que finalidade do ato é estreitar o relacionamento dos Magistrados com o Órgão Censor, o qual atuará não apenas na função fiscalizatória, mas também fornecendo orientação e apoio aos Magistrados, sendo ministradas instruções a respeito das ações a serem desempenhadas.

A avaliação da Unidade Judiciária foi levada a efeito mediante exame de um percentual das ações judiciais em curso, notadamente, os feitos envolvendo réus presos, cartas precatórias, mandados de segurança, ações civis públicas, processos aguardando realização de audiências, processos inclusos nas Metas 2 de 2017 do CNJ, e demandas envolvendo idosos.

JUIZ EM ATUAÇÃO

Atualmente os serviços judiciários são desempenhados pela Dra. **FABRÍCIA FERREIRA DE FREITAS**, Juíza de Direito, a qual iniciou sua atuação na Vara Inspeccionada em 08/09/2015, consoante portaria nº 1983/2015, publicada no DJE em 08 de setembro de 2015.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

A Dra. **FABRÍCIA FERREIRA DE FREITAS**, nos últimos 22 (vinte e dois) meses trabalhados, incluindo suas respondências e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA EM TODAS AS UNIDADES, DE 09/2015 A 08/2017 (22 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
1496	1146	835	258	8465

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos meses de exercício jurisdicional, a Juíza da Unidade inspecionada apresentou movimentação processual mensal conforme quadro abaixo:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE 09/2015 A 08/2017 (22 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
62,3	47,7	34,7	10,7	352,7

À frente da Unidade inspecionada, a Magistrada obteve a estatística processual abaixo:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA MAGISTRADA NA 1ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA DE 09/2015 A 08/2017 (22 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
870	664	503	126	5238

Junto à 1ª Vara da Comarca de Pacatuba, a Magistrada apresentou a seguinte média processual:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS NA 2ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA DE 09/2015 A 08/2017 (22 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDOS	DESPACHOS
36,2	27,6	20,9	5,2	218,2

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Conforme as informações coletadas, a Unidade possui como representante titular do Ministério Público a Dra. **ELIZABEBA REBOUÇAS TOMÉ PRACIANO**, desde 07/01/2016.

DEFENSORIA PÚBLICA

Atua na Unidade, como membro da Defensoria Pública, o Dr. **JOSÉ VALTER DE ARAÚJO**, desde 24 de fevereiro de 2016.

SECRETARIA DA VARA INSPECIONADA

A Vara está constituída por 03 (três) servidores efetivos do Poder Judiciário, exercendo o cargo de Supervisor da Unidade Judiciária **Antônio Evaldo Marques de Oliveira**, desde 08/05/2017, contando também com 07 (sete) servidores cedidos de outros Órgãos Públicos e 01 (um) estagiário, conforme quadro abaixo:

NOME	CARGO / MATRÍCULA
PAULO ROBERTO LIMA CAVALCANTE	AUXILIAR JUDICIÁRIO – 755
JOSÉ ARI ABREU DOS SANTOS	AUXILIAR JUDICIÁRIO – 510
JULIANA PEREIRA SAMPAIO ROCHA	TECNICO JUDICIÁRIO – 22559
FABIANA GOMES DA SILVA	REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS
ANA RAQUEL MARTINS	REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS
ANTONIO MATIAS DE LIMA	REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS
FRANCISCO JÚNIOR TARGINO CASTRO DOS SANTOS	REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS
DAYVISSON JORGE GARCIA	REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS
GLAUCIA MARIA PAULA DOS SANTOS	REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS
JULIANA COSTA	REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS
THAIS DA SILVA BEZERRA	ESTAGIÁRIA – 24240

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL DA VARA INSPECIONADA

Os dados constantes do FICOVI (Formulário de Correição e Visita), informados pela Unidade, apontaram, em relação ao mês de agosto de 2017, a existência de acervo na ordem de

2.407 feitos do foro cível, assim como **41** cartas precatórias e **511** processos do foro criminal, bem como **25** cartas precatórias e nenhum feito do juizado especial. Acerca do foro da infância e juventude, contam-se **88** processos, desses, **5** feitos são de cumprimento de medida socioeducativa. **Totaliza-se 2.407 processos na Unidade.**

No tocante à abordagem feita por esta Corregedoria-Geral da Justiça, impende consignar, a partir dos dados coletados do FICOVI, cujo mês de referência é de agosto de 2017, o seguinte:

I – a existência de **378** processos conclusos, dos quais **02** com prazos excedidos e nenhum com prazos excedidos para sentença.

Dando continuidade à inspeção, passou-se a analisar diversos feitos da Vara, lançando-se as seguintes observações:

PROCESSOS ANALISADOS POR AMOSTRAGEM

Foram escolhidos, por amostragem, Processos relativos a réus presos, Ações Civis Públicas, Mandados de Segurança, Cartas Precatórias, demandas envolvendo idosos, processos aguardando realização de audiências e processos enquadrados na Meta 02 do CNJ, conforme tabelas abaixo:

I – AÇÕES DE RÉUS PRESOS:

Foram inspecionados todos os 20 processos de réus presos, sendo constatado um bom andamento processual em todos eles. Pelo servidor SIDNEY DYARLY BONFIM RODRIGUES, assistente de secretaria, foi informado que existe um preso provisório na cadeia local e oito presos em regime fechado referentes à 1ª Vara de Pacatuba.

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	00132958320168060137	Visto em inspeção.
2	004099620098060137	Visto em inspeção. Júri agendado para o dia 21 de setembro de 2017.
3	00113866920178060137	Visto em inspeção. Trata-se de pedido de prisão preventiva. A decisão que decretou a prisão encontrada nos autos não é a original, fls. 20. O despacho correicional de fls. 37 aguarda cumprimento desde 1º de agosto de 2017. Não há informações de que o preso tenha sido

		denunciado. Os autos devem ir conclusos para a magistrada para impulso oficial.
4	073632220138060137	Visto em inspeção. Feito conclusos para julgamento(decisão de pronúncia) desde 17 de agosto de 2017.
5	00118251720168060137	Visto em inspeção.
6	00118165520168060137	Visto em inspeção. Último despacho datado de 29 de agosto de 2017.
7	00118708420178060137	Visto em inspeção.
8	00125723020178060137	Visto em inspeção.
9	00124834120168060137	Visto em inspeção. Alegações finais do MP apresentadas em 4 de setembro de 2017.
10	086265520148060137	Visto em inspeção. Júri agendado para o dia 19 de setembro de 2017.
11	00109609120168060137	Visto em inspeção. Júri agendado para o dia 25 de setembro de 2017.
12	00133321320168060137	Visto em inspeção.
13	089487520148060137	Visto em inspeção. Pedido de extinção por morte do acusado formulado em 1º de setembro de 2017.
14	099889220148060137	Visto em inspeção. Contrarrazões recursais apresentadas em 4 de setembro de 2017.
15	00127922820178060137	Visto em inspeção.
16	00124493220178060137	Visto em inspeção.
17	00131092620178060137	Visto em inspeção.
18	00125454720178060137	Visto em inspeção.
19	00127369220178060137	Visto em inspeção.
20	00125065020178060137	Visto em inspeção.

II – AÇÕES CIVIS PÚBLICAS:

Foram apresentadas três ações civis públicas. Todas apresentam regular tramitação.

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	00115186320168060137	Visto em inspeção.
2	00132118220168060137	Visto em inspeção.
3	095579220138060137	Visto em inspeção.

III – MANDADOS DE SEGURANÇA:

Foram apresentadas três mandados de segurança. Todos apresentam regular tramitação.

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	00117897220168060137	Visto em inspeção. Feito sentenciado(improcedente) em 6 de julho de 2017, fls. 56.
2	00121549220178060137	Visto em inspeção.
3	00135937520168060137	Visto em inspeção.

IV – CARTAS PRECATÓRIAS:

Verificou-se que as cartas precatórias estavam autuadas recentemente e em normal andamento.

#	PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	11522-66.2017	Visto em inspeção.
2	13163-89.2017	Visto em inspeção.
3	13157-82.2017	Visto em inspeção.
4	12478-82.2017	Visto em inspeção.
5	13256-52.2017	Visto em inspeção.
6	13199-34.2017	Visto em inspeção.
7	13290-27.2017	Visto em inspeção.
8	13286-87.2017	Visto em inspeção.
9	13239-16.2017	Visto em inspeção. Certidão de fls. 06 (verso) consta sem assinatura. À Secretaria da Vara para regularizar o feito.
10	13197-64.2017	Visto em inspeção.
11	13195-94.2017	Visto em inspeção.
12	13201-04.2017	Visto em inspeção.
13	13101-49.2017	Visto em inspeção.
14	13204-56.2017	Visto em inspeção.
15	13009-71.2017	Visto em inspeção.

V – PROCESSOS RELATIVOS A IDOSOS:

Os feitos estavam identificados com etiquetas próprias. Foram inspecionados:

#	PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	12302-40.2016	Visto em inspeção. Certidão de trânsito em julgado em 15 de agosto de

		2017.
2	9279-91.2013	Visto em inspeção. Aguardando realização de audiência designada para 06 de dezembro às 11:30.
3	6129-73.2011	Visto em inspeção. Processo concluso desde 28 de março de 2017.
4	11097-73.2016	Visto em inspeção. Mandado de Intimação expedido em 03.08.2017, aguardando cumprimento.
5	7628-53.2015	Visto em inspeção. Mandado de Intimação expedido em 17.08.2017, aguardando cumprimento.
6	12431-11.2017	Visto em inspeção. Mandado de Citação expedido em 17.08.2017, aguardando cumprimento.
7	12213-17.2016	Visto em inspeção.
8	13055-94.2016	Visto em inspeção.

VI – AGUARDA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA

Pelo estudo dos autos, e entrevista com o Supervisor de Secretaria, percebeu-se que as audiências são realizadas com regularidade, havendo pauta designada até março de 2018.

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	075612520148060137	Visto em inspeção.
2	096493620148060137	Visto em inspeção.
3	00125350320178060137	Visto em inspeção.
4	078736420158060137	Visto em inspeção.
5	085076020158060137	Visto em inspeção.
6	00135998220168060137	Visto em inspeção.
7	00132066020168060137	Visto em inspeção.

VII – AÇÕES ENQUADRADOS EM META 02, DO CNJ:

#	PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	7604-30.2012	Visto em inspeção. Processo concluso dia 02.08.2017.
2	7661-14.2013	Visto em inspeção.
3	7745-83.2011	Visto em inspeção. Despacho de correição interna em 23.06.2017 aguardando cumprimento.
4	7748-38.2011	Visto em inspeção. Processo concluso ao Juiz da Vara em 24.08.2017
5	7833-53.2013	Visto em inspeção.
6	9228-80.2013	Visto em inspeção.
7	9355-18.2013	Visto em inspeção. Processo aguardando devolução de ofício datado de 02 de maio de 2017
8	9376-28.2012	Visto em inspeção. Despacho publicado em 8 de agosto de 2017.
9	9353-48.2013	Visto em inspeção. Aguardando realização de audiência designada para 06 de dezembro de 2017, às 14:00.
10	9052-67.2014	Visto em inspeção. Aguardando realização de audiência designada para 06 de dezembro de 2017, às 15:00.

11	9349-11.2013	Visto em inspeção. Aguardando realização de audiência designada para 29 de novembro de 2017, às 14:00.
12	9336-12.2013	Visto em inspeção.
13	8485-07.2012	Visto em inspeção.
14	9324-95.2013	Visto em inspeção. Processo concluso desde 20.03.2017
15	9312-18.2012	Visto em inspeção.

DOS LIVROS DA SECRETARIA

Dentre os livros atinentes às atividades da Secretaria, consoante exigência prevista no art. 391 e seus incisos, do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, foram examinados os tomos obrigatórios e facultativos, além de outros tantos abertos livremente pela Unidade

As observações pertinentes a cada livro estão discriminadas no formulário próprio, anexado a este relatório.

CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO E PROJETOS SUPERVISIONADOS PELO TJCE E CNJ

Metas Nacionais do Judiciário:

1. No que se refere à **Meta 1 de 2017**, do Conselho Nacional de Justiça (julgar mais processos que os distribuídos – julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que distribuídos no ano corrente), verificou-se um total **52** processos pendentes em agosto/2017 (relatório em anexo). **Recomenda-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ.**

2. Conforme dados extraídos do sistema SGEC, o atingimento da meta 1, se deu da seguinte forma:

SEC. 1ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA								
Ano	Distribuidos	Arquivados	Arquivados %	JULGADOS			Total	Julgados %
				Titular	Respondendo	Auxiliando		
2015	605	358	59.17	194	108	0	302	49.92
2016	703	659	93.74	635	24	0	659	93.74
2017	502	231	46.02	218	0	0	218	43.43
	1810	1248	68.95	1047	132	0	1179	65.14

2. No que se refere à **Meta 2 de 2017**, do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no

1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais), verificou-se um total de **161** processos pendentes em agosto/2017 (relatório em anexo). **Recomenda-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;**

3. No que se refere à **Meta 4 de 2017**, do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2014, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão), verificou-se um total de **5** processos pendentes em agosto/2017 (relatório em anexo). **Recomenda-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;**

4. Relativo à **Meta 6 de 2017**, do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar até 31/12/2017, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 2º grau), verificou-se que não existem processos na vara enquadrados nessa meta.

5. A Fração encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009);

6. A Unidade informou que a Magistrada está cadastrada nos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD. (META 8 de 2009);

7. As informações processuais se encontram acessíveis e atualizadas nos portais da rede mundial de computadores, com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitando o segredo de justiça (META 3 de 2012);

8. O Juiz em atividade participou da capacitação em administração judiciária (META 8 de 2010);

9. O sistema de registro audiovisual foi implantado na Secretaria e encontra-se em plena funcionalidade (Meta 2 de 2011);

10. A Unidade utiliza o MALOTE DIGITAL;

RECLAMAÇÕES

No curso da inspeção, não houve registro de reclamações específicas por parte de advogados ou jurisdicionados em relação ao desempenho da Magistrada no módulo.

RECOMENDAÇÕES

1. Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2017, com destaque para as Metas 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e 2 (identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no 1º grau);

2. As causas vinculadas ao Estatuto do Idoso, feitos que possuem tramitação prioritária (previstos na Lei nº. 12.008/2009 e Resolução nº. 18/2008-TJCE), as que figuram como partes crianças, adolescentes e pessoas portadoras de deficiência, física ou mental, deverão ter prioridade na tramitação de processos;

3. Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados.

CONCLUSÕES

Os trabalhos inspecionais permitiram o exame de considerável percentual do acervo processual, o que foi bastante para a formação de um diagnóstico acerca do desenvolvimento das atividades jurisdicionais.

Os esforços da Magistrada à frente da Secretaria, bem como da equipe de funcionários, visam à garantia do regular desempenho dos serviços judiciais.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Fortaleza/CE, 12 de dezembro de 2017.

Henrique Lacerda de Vasconcelos
Juiz Corregedor Auxiliar